

O Milagre da Vida Normal

Mark A. Heller

Um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da Parceria Euromediterrânica é a persistência de conflitos como o israelo-árabe. Numa altura em que o Líbano está, outra vez, transformado na frente de batalha da guerra israelo-síria, torna-se fundamental um olhar menos apaixonado, mais sóbrio, mais realista.

O simples facto de o processo de paz ter sobrevivido a todos os desafios justifica a conclusão de que o Rubicão ideológico do conflito foi ultrapassado.

A emergência de uma zona de estabilidade, de prosperidade e de liberdade na Europa Ocidental deve-se, em larga medida, ao papel desempenhado pelos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial. É, contudo, também resultado das visões dos homens de Estado europeus cujos esforços levaram à criação da União Europeia. O objectivo essencial na expansão da UE, hoje, é o seu alargamento a Leste. Apesar de os europeus também quererem e necessitarem de áreas de paz e desenvolvimento europeu a sul, para lá do Mediterrâneo, o mecanismo apropriado não é o da expansão da União, mas o da Parceria Euromediterrânica (PEM).

A Parceria Euromediterrânica aspira, em primeiro lugar, a promover relações internacionais de cooperação na zona mediterrânica e, indirectamente, mudanças políticas necessárias à melhoria do bem-estar dos seus habitantes. Existem numerosos obstáculos à realização destes objectivos, sendo um dos mais sérios o da persistência de conflitos subregionais nas margens Sul e Leste da bacia mediterrânica. Destes, o conflito israelo-árabe é aquele que mais ramificações regionais e internacionais apresenta. Existe, assim, mais do que uma conexão geográfica entre a Conferência de Barcelona, que lançou a PEM em 1995, e a Conferência de Madrid, que lançou o actual processo de paz israelo-árabe em 1991.

A Conferência de Madrid criou uma vaga de optimismo relativamente às perspectivas de paz israelo-árabe que, por vezes, incluía visões líricas de reconciliação e de amizade. Desde então, o processo de paz sofreu uma série de oscilações radicais, originando avanços inesperados (Acordos de Oslo, Tratado de paz israelo-jordano), mas também desencadeando violentos contra-processos, oscilações bruscas nas negociações, radicais mudanças comportamentais nas conversações israelo-palestinianas, israelo-sírias e israelo-libanesas. Estes desenvolvimentos resultaram numa avaliação mais sóbria mas talvez, também, mais realista das perspectivas para o futuro.

Floreados à parte, muito pouca gente acredita ainda que o processo de paz israelo-árabe conduzirá a uma reconciliação duradoura de todas as contradições entre os diferentes protagonistas. E existem já poucas ilusões de que uma visão de amizade e harmonia se concretizará dentro em breve. O fardo do passado pesa, demasiadamente, no futuro. Para além do mais, é verosímil que algumas das questões sejam também tecnicamente demasiado complicadas ou emocionalmente nevrálgicas para serem resolvidas de forma definitiva, especialmente nas conversações israelo-palestinianas (Jerusalém, refugiados, fronteiras); algumas destas serão, provavelmente, tratadas em acordos temporários ou parciais que

permitirão a ambos os lados viver, com alguma ambiguidade, à espera de mudanças de maior alcance nas posições das partes envolvidas no processo.

Dito isto, o simples facto de o processo de paz ter sobrevivido a todos os desafios colocados na última década justifica a conclusão de que o Rubicão ideológico do conflito foi ultrapassado. Na maioria dos casos, os árabes, embora de má vontade, aceitaram a existência de Israel como uma característica normal da paisagem do Médio Oriente. Quanto a Israel, ainda que relutantemente, aceitou a necessidade de reconhecer os palestinianos como um colectivo nacional com o direito a um Estado, bem como de pôr em causa algumas das consequências das perdas árabes nas guerras contra Israel.

Isto não significa a eliminação de todas as disputas presentes, muito menos de futuras. Afinal, tais disputas são uma característica permanente das relações internacionais (e internas), desde o nível mais alto da geopolítica ao mais baixo plano das reivindicações comerciais. Isto implica a interiorização da ideia de que tais disputas são tanto para ser resolvidas por meios não violentos (tal como os europeus fazem relativamente às disputas nas importações de carne de vaca e pescas) como geridas e até suprimidas em nome de interesses mais abrangentes (tal como a Grécia e a Turquia estão a tentar fazer, apesar da questão cipriota). Por outras palavras, significa que as políticas de interesse começaram a prevalecer sobre as políticas de identidade.

Este processo não garante muita cordialidade ou intimidade nas relações israelo-árabes, pelo menos a curto prazo. E não é certamente o tipo de visão que inspira poetas ou Prémios Nobel em fim de carreira. Mas, dado o historial das relações israelo-árabes e as distorções e danos causados pelos diferentes tipos de visões de honra e glória no passado, até mesmo os contactos pacíficos limitados e rotineiros e os discursos da não violência levam àquilo a que o Presidente Clinton uma vez designou por "o milagre da vida normal". O que o "milagre" promete é a reordenação de prioridades, o redireccionamento de recursos e energias para fins mais produtivos, e a eliminação das razões (ou pelo menos dos pretextos) que entravam as reformas políticas, económicas e sociais internas.

Se o processo israelo-árabe for consumado, até mesmo na sua forma mais modesta, eliminará também um obstáculo importante à extensão e à consolidação do projecto de Barcelona. Não existe, evidentemente, qualquer garantia de que isso sucederá automaticamente. Mas pelo menos dissipará algum do lixo ideológico/psicológico, e obrigará os líderes políticos a confrontar as questões do futuro. E isso também se deve contabilizar como um milagre.